



Economia

7 • CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, sexta-feira, 27 de agosto de 2021

Bolsas Na quinta-feira 1,73% São Paulo 0,54% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 117.472 23/8 24/8 25/8 26/8 118.724	Salário mínimo R\$ 1.100	Na quinta-feira R\$ 5,257 (▲ 0,87%)	Dólar Últimas cotações (em R\$) 19/agosto 5,423 20/agosto 5,385 23/agosto 5,382 24/agosto 5,262 25/agosto 5,211	Euro Comercial, venda na quinta-feira R\$ 6,178	Capital de giro Na quinta-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 5,41%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Março/2021 0,93 Abril/2021 0,31 Maio/2021 0,83 Junho/2021 0,53 Julho/2021 0,96
--	---	---	--	--	---	---	--	--

CRISE HÍDRICA / Ministro da Economia confirma nova alta das tarifas em setembro. Governo nega possibilidade de racionamento, mas Operador Nacional do Sistema (ONS) alerta para risco de o país conviver com cortes no fornecimento se oferta não aumentar

Energia sobe, com risco de apagão à espreita

» FERNANDA FERNANDES

O encarecimento das contas de luz está tirando o sono dos brasileiros. Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou a previsão de uma nova alta das tarifas de energia a partir de setembro. “Não adianta ficar sentado chorando”, disse o ministro, durante audiência no Senado. “Temos de enfrentar a crise. Vamos ter de subir a bandeira, a bandeira vai subir”, acrescentou, em referência à bandeira vermelha, a sobretaxa mais cara aplicada nas faturas.

Diante da maior crise hídrica em 91 anos, renasceu também o temor de que o país possa ser obrigado, novamente, a conviver com o racionamento de energia, hipótese, até agora, negada pelo governo. Nesta semana, porém, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) alertou para o risco de apagões a partir de outubro, caso a produção energética adicional não aumente, pelo menos, em 7,5%.

O órgão recomendou ao governo que aumente o uso das termelétricas e considere importar energia de países vizinhos, já que, com a seca que afeta o país, a oferta das hidrelétricas será insuficiente. Atualmente, os reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, que respondem por 70% da geração de energia do país, operam com 22,5% da capacidade de armazenamento. O número está abaixo do registrado na crise energética de 2001, quando as represas encerraram agosto com 23,4% de volume de água.

O presidente Jair Bolsonaro admitiu o perigo da crise hídrica enfrentada pelo país, a qual definiu como “a maior da história” e “problema sério”. Dizendo que a situação está no “limite do limite”, ele fez um apelo para que as pessoas economizem energia e “apaguem um ponto de luz” em casa.

“Vou até fazer um apelo a você que está em casa agora, tenho certeza de que você pode apagar um ponto de luz na sua casa agora. Peça esse favor para você, apague um ponto de luz agora”, afirmou o presidente, durante a

Dicas para economizar

- 1 Evitar banhos demorados. O chuveiro é um dos principais vilões da energia, segundo especialistas;
- 2 Não deixar o ar-condicionado ligado em ambientes desocupados e limitar o resfriamento dos ambientes a 24°C e o aquecimento, a 20°C;
- 3 Pensar no que vai pegar antes de abrir a geladeira;
- 4 Apagar as luzes sempre que sair dos ambientes e dar preferência à iluminação natural;
- 5 Utilizar sensores de presença em ambientes como banheiros, corredores e garagens;
- 6 Desligar o monitor, a impressora, o estabilizador, a caixa de som, o microfone, quando não estiverem em uso;
- 7 Utilizar, quando possível, escadas para subir ou descer poucos andares.

Fonte: Rogério Olegário do Carmo, consultor de planejamento financeiro



Não adianta ficar sentado chorando. Temos de enfrentar a crise. Vamos ter de subir a bandeira, a bandeira vai subir”

Paulo Guedes, ministro da Economia

live semanal. “Ajude-nos, assim você está ajudando a economizar energia e a economizar água das hidrelétricas. (...) Estamos no limite do limite”.

Custo maior

Até agora, a solução encontrada pelo governo foi acionar as usinas termelétricas — o que acaba jogando a conta para o bolso do consumidor. “Com a escassez de água, acaba surgindo a necessidade de acionar mais termelétricas, que funcionam com queima de combustíveis fósseis e outras fontes de calor e têm um custo maior”, explica a economista Sara Ferreira, da Valor Investimentos.

Apesar do alerta do ONS e do apelo do presidente, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, voltou ontem a descartar a possibilidade de

racionamento, embora tenha admitido a necessidade de economizar energia. “Apesar das adversidades, (o país) tem demonstrado capacidade de superação, por meio de números expressivos, com destaque nos investimentos e criação de empregos do setor de energia. É essencial que sejam estabelecidas políticas públicas coerentes com a necessidade da população, preservando a segu-



Reajuste salgado

Cálculos internos do governo apontam para a necessidade de a bandeira vermelha nível 2, hoje em R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kWh), ser elevada para algo entre R\$ 15 e R\$ 20. Há ainda um cenário limite de até R\$ 25, mas é improvável que seja adotado.

rança energética e priorizando a racionalidade econômica”, disse o ministro, durante entrega do prêmio Abradee 2021, da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Na quarta-feira, o MME anunciou que premiará consumidores que economizarem energia elétrica, e afirmou que está em “avaliação” um novo reajuste da **bandeira vermelha** — sobretaxa aplicada nas contas de luz — pa-

ra breve. O último reajuste nas bandeiras realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em junho, aumentou o custo da bandeira vermelha 2 em 52%. O valor foi de R\$ 6,24 a R\$ 9,49 para cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

Além disso, decreto do presidente Jair Bolsonaro determinou que os órgãos públicos federais deverão reduzir o consumo de energia de 10% a 20% entre setembro de 2021 e abril de 2022.

Apesar das medidas, o consumidor não deverá ver uma conta de energia mais branda até o fim do ano. Segundo o ONS, os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste deverão chegar a 10% da capacidade, em novembro, quando começa o período chuvoso. Até lá, a tarifa extra mais cara deverá continuar sendo aplicada, afirma Sara Ferreira. “A questão da chuva, por ser a principal matriz energética do país, é quem determinará o fim da crise”, explica.

O aumento das tarifas de energia teve um impacto de 5% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) deste mês. Vale destacar que, para 2022, está previsto mais um gordo reajuste por parte da Aneel, de até 16,22%, de acordo com projeção realizada pelo superintendente de Gestão Tarifária da agência, Davi Antunes Lima no dia 16 de agosto.

Sem ter para onde fugir, resta ao consumidor que não pode pagar por energias alternativas, aplicar regras de economia doméstica com mais rigor. Rogério Olegário do Carmo, consultor de planejamento financeiro e especialista em administração financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que, nessas horas, é importante educar toda a família para o uso racional de energia elétrica. “Aproveitar a luz natural e apagar a luz ao sair dos ambientes, não deixar a TV ligada à toa...”, listou Olegário.

O especialista explica, ainda, que os equipamentos que funcionam a base de resistência são os que mais devem ser usados com racionalidade. “O chuveiro elétrico e o ferro de passar roupas são os que mais consomem energia. (Colaborou Jorge Vasconcellos)

PRECATÓRIOS

Saída sem mexer na Constituição

» ROSANA HESSEL

Após tanta polêmica em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do adiamento no pagamento de precatórios — dívidas judiciais da União —, o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu que é possível buscar uma alternativa sem mexer na Constituição, por meio de uma saída que está sendo costurada com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente da Corte, o ministro Luiz Fux, que pode ser uma espécie de “plano A” para a PEC.

“Estamos tentando transitar a PEC e, ao mesmo tempo, negociando com o Supremo uma saída em que não seja necessário mexer na Constituição, por meio da modulação. O ministro Fux disse que tem capacidade de resolver”, disse Guedes, ontem, durante evento em São Paulo. Mais cedo, os palestrantes informaram que o ministro Luiz Fux tinha sinalizado a possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fazer resolução para essa modulação, “sem precisar passar por uma PEC”.

A PEC dos precatórios não foi bem recebida pelo mercado fi-

Antonio Cunha/CB/D.A Press - 13/12/15



Solução para Orçamento está sendo negociada com ministros do STF

nanceiro, que vem registrando forte oscilação após o governo passar a defender o que especialistas chamam de um calote institucionalizado. A PEC adia o pagamento de despesas obrigatórias, na contramão das regras de responsabilidade fiscal, pois tam-

bém propõe o fim da regra de ouro, que proíbe o governo de emitir dívida pública para cobrir despesas correntes, como salários e aposentadorias, sem o aval do Congresso. Não à toa, a proposta já vem sendo chamada de “PEC das pedaladas”.

Guedes destacou que vários ministros STF e o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), reconheceram que existe um “vício de origem” dos precatórios no Orçamento e que essa despesa está em conflito com o teto de gastos — emenda constitucional que limita o aumento de despesa pela inflação. “Os ministros disseram que eles vão buscar uma solução aqui”, disse Guedes. Segundo ele, além dos ministros, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), também estão participando das conversas. “Virá uma solução e, enquanto ela não vier, vamos enviar o Orçamento de 2022 como ele precisa, como a previsão dos precatórios. E, aí, vai sumir o dinheiro todo, e todo mundo vai entender a dramaticidade do fato”, afirmou Guedes.

Para o ministro, assim que esse problema orçamentário for

percebido, “em 24 horas, essa solução será aprovada”, porque não haverá dinheiro, inclusive, para o reajuste do salário mínimo. Ele voltou a afirmar que toda a despesa dos precatórios foi incluída no Orçamento, ele será “inexequível”.

O chefe da equipe econômica descartou soluções que envolvam retirar os precatórios, ou parte deles, do teto de gastos. Ele ainda minimizou as críticas à PEC e disse que a proposta prevê uma modulação dessa dívida judicial ao propor o parcelamento dos precatórios por 10 anos. No entanto, ele não comentou sobre uma das inconstitucionalidades da proposta, como a mudança no indicador de correção desse débito que já tem um indexador e já foi julgado, que passaria para a taxa básica de juros (Selic), de 5,25%, em vez da inflação, que está bem mais alta.